

4º Encontro nacional

Alcáçovas, Terras Dentro, 5 de outubro de 2013

Memória do Encontro

Presentes: Alexandra Correia e Elsa Branco (Terras Dentro), Álvaro Cidrais, Ana Firmino, Andreia Martins (Associação Solidariedade Sem Fronteiras), Augusto Sousa (Rumo), Célia Quintas, Clara Lourenço e Isabel Gaivão (ADC Moura), Fernanda Vaz, Paula Gonçalves e Vera Simões (Activar), Florence Melen (Trilho), Graça Rojão e Rosa Correia (Coolabora), Helder Guerreiro, Helena Mire Dores, João Cordovil, João Ferrão, Jorge Revez (ADPM), Jorge Wemans, José Carlos Albino, José Guerra e Ricardo Silva (ADTR), Luís Chaves, Luísa Teotónio Pereira e Stéphane Laurent (CIDAC), Nelson Dias (In Loco), Paula Reis, Susana Sousa, Telma Guerreiro (Taipa), Vanessa Sousa.

Ausentes que manifestaram interesse em participar, mas que não puderam fazê-lo: Américo Mendes, Artur Cristóvão, David e Filomena Machado (Rota do Guadiana), Fátima Belo (ACEP), Isabel Rodrigo, Jorge Miranda (Etnoideia), Manuel Trindade, Marco Domingues (Ecogerminar), Maria Joana Veloso, Raul Marques.

Agenda (proposta e adotada)

10.00h – Apresentação dos/as participantes

10.15h – Informações da Equipa de Ligação

- Outras informações dos/as participantes

11.00h – Expectativas e prioridades: partilha de experiências, em grupos de trabalho, sobre temas que nos mobilizam

13.30h – Almoço partilhado

15.00h – Escolha da Equipa de Coordenação entre os membros efetivos do C&T

15.30h – Plenário de participantes: construção da agenda do C&T para 2013/2014, tendo em conta o trabalho realizado na parte da manhã

17.30h – Encerramento do Encontro

Informações da Equipa de Ligação e dos/as participantes

A sessão teve início com o visionamento coletivo do vídeo de Oscar Jara¹, no qual ele partilha as suas aprendizagens sobre as “redes” (<http://youtu.be/8zD5Q6Uqk>).

A Equipa de Ligação, uma vez que enviou aos membros do C&T duas Folhas Informativas (em

¹ Sociólogo e educador popular, Diretor Geral do Centro de Estudos e Publicações Alforja da Costa Rica, (www.cepalforja.org) e coordenador do Programa Latino Americano de Sistematização do Conselho de Educação de Adultos da América Latina - CEAAL (www.cepalforja.org/sistamatizacion e www.ceaal.org).

julho e setembro) com a síntese das atividades realizadas desde o Encontro anterior, dispensou-se de apresentar detalhadamente este ponto e atualizou apenas a informação relativa à formalização de adesões ao C&T, que totalizavam 14 entidades coletivas e 24 pessoas individuais.

A Rumo informou que a candidatura que apresentou ao programa Cidadania Ativa na qualidade de promotor, em parceria com a ACERT, a Rota do Guadiana e a Terras Dentro passou à 2ª fase de avaliação. Considerou que este projeto aposta no desenvolvimento das organizações da sociedade civil, incluindo as ligadas ao fórum e que conta com a participação de todas, assim como dos membros individuais do C&T.

Expectativas e prioridades: partilha de experiências, em grupos de trabalho, sobre temas que nos mobilizam

Em seguida todos/as os/as presentes fizeram um exercício de identificação de uma área temática que consideravam mobilizadora e que gostariam de aprofundar no âmbito do fórum, (seja relativamente a temas em que estão a trabalhar ou a áreas que gostariam de aprofundar) e de uma ação concreta em cuja organização têm disponibilidade para participar, utilizando para isso cartões verdes e azuis, respetivamente.

As temáticas assinaladas pelo grupo foram organizadas a seguir em torno de 6 áreas: Emprego e Economia Social, Metodologias Participativas, Redes e Parcerias, Desenvolvimento Local e Próximo Ciclo de Programação, “mundo” agro-rural e sustentabilidade.

Cada participante inscreveu-se numa das áreas temáticas e deu-se início ao trabalho em grupo. Apenas o tema da sustentabilidade não contou com inscritos. No final da manhã as reflexões/conclusões de cada grupo foram apresentadas ao plenário, ficando os seus porta-vozes de elaborar, depois do Encontro, a respetiva síntese, que a seguir se partilha.

GRUPOS DE TRABALHO

I – Grupo “Mundo agro-rural”

Participantes: Álvaro Cidrais, Ana Firmino, Graça Rojão, Stéphane Laurent, Florence Melen

Ideias-chave/desafios da reflexão: Circuitos curtos; Soberania alimentar; Contributo para o Ano Internacional da Agricultura Familiar (FAO-2014); Turismo em espaço rural.

Principais conclusões:

1. Há uma mudança atual na realidade e no discurso político de incentivo à atividade agrícola que deve ser olhado com prudência para não induzir os investidores, novos e velhos, numa abordagem de monoprodução intensiva em capital e conhecimento, com os inerentes riscos de dependência económica que gera esta perspetiva.
2. Estando o espaço rural num processo de envelhecimento e possível mudança, existe uma «tensão entre os neo-rurais e os locais» que se expressa pelo confronto das suas convicções, atitudes e práticas. Estas tensões devem acautelar a garantia da inclusão dos locais, mais fragilizados no acesso a recursos de mercado e de competitividade, mas portadores de saberes e de traços identitários que diferenciam as regiões e as produções agro-alimentares.
3. É fundamental trabalhar os canais de ligação e distribuição entre os consumidores e os produtores, sabendo que existe uma tendência de alteração dos padrões de consumo (individual e coletiva), com uma crescente valorização da qualidade alimentar e nutritiva, muito ligada às preocupações com a saúde, bem como de alguns princípios éticos, muito relacionados com aspetos como o bem-estar animal, o ambiente e o comércio justo. O ponto de partida deverá ser situado nos desejos dos consumidores, a que os produtores respondem com inovação, confiança e qualidade, baseados em sistemas de produção de base mais familiar e sustentável.

4. Deverá ser feito um trabalho de aproximação e integração entre o consumidor e o produtor. Há uma crescente preocupação com o papel educativo da agricultura e do comércio justo.

É necessário investir nas questões da formação para o consumo, de modo a incentivar uma alteração dos padrões de consumo baseada numa compreensão mais sólida das implicações a montante dos atos de compra, isto é, uma "re-apropriação do poder de compra como poder político".

As alterações dos padrões de consumo são ainda só tendenciais, existindo muito trabalho a fazer no campo da promoção e consolidação do Consumo Responsável.

5. A abordagem dos Circuitos Curtos deve ser valorizada como forma de desenvolver as economias de proximidade, valorizar o uso de recursos locais, diminuir o uso de combustíveis (associados aos transportes, armazenamento, etc.) e preservar a qualidade e a soberania alimentar. Devem ser estabelecidos critérios éticos e desenvolvido um processo educativo que valorize a agricultura familiar, garantindo a proximidade humana entre consumidor e produtor. Este aspeto e a confiança no modo de produção biológico são muito valorizados por segmentos crescentes de consumidores.

Sublinha-se também a importância, quando se fala em consumo e circuitos curtos, dos consumidores institucionais (privados e públicos) como atores fundamentais, pensando por exemplo no potencial que representa o abastecimento das cantinas escolares ou outros estabelecimentos de restauração coletiva para a produção local.

6. É importante conhecer o estado da arte das iniciativas de distribuição alternativa para as disseminar como boas práticas, gerando uma mudança que valoriza e reforça os circuitos curtos, permitindo perceber o efetivo potencial da fileira agro-alimentar (sustentável) na melhoria da qualidade de vida dos consumidores e na sua articulação com o desenvolvimento económico local.

7. A legislação existente é pouco favorável aos modelos mais informais de produção biológica e ao comércio justo, havendo aqui um espaço de trabalho a realizar.

8. A agricultura (ética/cívica e familiar) é uma fonte de inovação (social, organizacional, económica) que importa reconhecer e potencializar. Apresenta soluções baseadas na combinação de sabedoria popular com o conhecimento técnico e científico que usa conceitos, recursos e tecnologias modernas e «amigas do ambiente».

9. Neste quadro, o Turismo em Espaço Rural, promovido numa lógica comunitária e de desenvolvimento local, pode afirmar-se como uma atividade que reforça a produção sustentável em todos os setores da fileira agro-alimentar, valorizando também as práticas de comércio justo.

10. Uma preocupação: o PRODER, que está a ser desenhado, parece remeter a agricultura familiar para um papel exclusivo de promoção da inclusão, esquecendo o seu elevado potencial de inovação e de produção alimentar. Em contrapartida, favorece o apoio financeiro às abordagens massificadas de produção agrícola, com menor capacidade de inovação e diversificação, inseridas em lógicas de mercado menos sustentáveis.

II - Grupo “Desenvolvimento Local e o próximo Ciclo de Programação Comunitário 2014-20”

Participantes: Alexandra Correia, Clara Lourenço, João Ferrão, José Carlos Albino, Luís Chaves, Ricardo Silva

Principais conclusões:

- Necessidade de afirmar publicamente (isto é, junto de decisores e da população em geral) a abordagem do Desenvolvimento Local como forma de ultrapassar a falsa dicotomia, hoje prevalecente no discurso político e no debate sobre as futuras políticas comunitárias e nacionais, assente na coexistência de duas lógicas paralelas: uma predominante, de competitividade / internacionalização / empresas (economia global), e uma subsidiária, de coesão / proximidade / IPSS (economia 'social').

A abordagem do desenvolvimento local sempre atribuiu um papel essencial à dinamização das economias locais tendo como finalidade o desenvolvimento das comunidades locais mas também o aumento da competitividade do país. Uma visão de base territorial das economias locais não se

confunde com nenhuma das perspetivas da referida dicotomia, diferenciando-se quer das soluções exclusivamente orientadas para a competitividade global quer das que se restringem a visões assistencialistas da economia social.

A participação do fórum C&T nos debates sobre o próximo ciclo de programação comunitário inscreve-se numa lógica mais ampla, de 'lobby cirúrgico' em relação a temas e junto de entidades bem definidos.

- Necessidade de garantir a existência de um interlocutor único ao nível nacional para as questões do desenvolvimento local durante o período de programação 2014-20. Esse interlocutor deverá incluir membros das autoridades de gestão dos PO nacionais e é tanto mais necessário quanto as intervenções integradas de desenvolvimento territorial previstas para 2014-20 passarão a ter uma base multifundo mais alargada do que em ciclos comunitários anteriores.
- Necessidade de criar sistemas regionais de monitorização participados, que permitam acompanhar, de forma reflexiva, os programas com incidência no domínio do desenvolvimento local, permitindo, dessa forma, introduzir em tempo útil alterações que, não desvirtuando os objetivos prosseguidos, permitam uma orientação mais eficiente para os resultados.
- Evitar a "CIMização" dos instrumentos de programação de base territorial (ITI – Investimentos Territoriais Integrados; DLBC – Desenvolvimento Local de Base Comunitária), descolando a geografia destas intervenções da delimitação geográfica das comunidades intermunicipais. A coincidência forçada dessas duas geografias ignora experiências e identidades territorialmente sedimentadas e impõe uma subordinação indesejável das iniciativas da sociedade civil a lógicas político-administrativas.

III - Grupo "Economia Local e Emprego"

Participantes: Andreia Martins, Augusto Sousa, Helder Guerreiro, Jorge Wemans, José Guerra, Luísa T. Pereira, Rosa Carreira, Telma Guerreiro, Vera Simões, Vanessa Sousa

Síntese das reflexões:

- Trabalhar em políticas sociais integradoras – ultrapassar as políticas reparadoras.
- O sistema normativo vigente é impeditivo da criação de emprego. Nem sempre conseguimos a mobilização de *skills* para o trabalho. Exemplo: uma pessoa que saiba produzir na área alimentar vê-se perante um conjunto de normativos que são desmobilizadores.
- Algumas propostas:
 - Hoje já existem variados incentivos à criação do próprio emprego, mas o acesso à informação ainda não é generalizado e a informação ainda está muito dispersa. Esse acesso deve ser potenciado;
 - Promover o Estatuto do Microempresário;
 - Desenvolver *workshops* sobre: Economia Social e Solidária – clarificação de conceitos; Economia Familiar (aproveitar que 2014 será o Ano Internacional da Agricultura Familiar, decretado pelas Nações Unidas – FAO)
 - As regras da pequena escala económica têm de ser diferentes da grande escala. Devemos contrariar a visão de que o micro é menor, só não é maior porque não o consegue ser. O micro deve ser visto pelo valor intrínseco que tem.
- A economia social tem escala:
 - das organizações: pela diversidade, quantidade, capacidade de emprego;
 - das intervenções: impacto social da ação; capacidade de fazer uma abordagem integradora. De resto, identifica-se a necessidade de desenvolver abordagens integradas no trabalho com públicos vulneráveis. É importante trabalhar a relação entre a intervenção social e as empresas.

Para finalizar: há uma dimensão que é transversal a toda esta discussão. Portugal vive um

paradoxo central: o informal é sempre entendido como ilegal, quando poderíamos ter iniciativas de criação de emprego que, numa primeira fase, pudessem ser informais e que a posteriori passassem a ser formais, sem que a situação de legalidade estivesse colocada em causa. Necessidade de discutir/aprofundar especificidades e ligações entre formal, informal, legal e ilegal.

IV - Grupo “Metodologias Participativas”

Participantes: Célia Quintas, João Cordovil, Nelson Dias, Paula Gonçalves, Susana Sousa

Notas prévias às conclusões do Grupo: o grupo foi constituído por 5 pessoas, tinha o “chapéu” das metodologias participativas e a reflexão partiu da informação recolhida nos cartões verdes e azuis, organizada em dois grandes grupos de questões:

1. A discussão e operacionalização de metodologias de planeamento colaborativo para o desenvolvimento territorial;
2. Experiências e metodologias concretas que estão já a ser utilizadas.

Foi discutida a necessidade de encontrar variáveis explicativas para o porquê do sucesso de determinadas experiências em determinados contextos, em contraponto com o aparente insucesso dos mesmos instrumentos noutros contextos.

A discussão acabou por levar à elaboração de uma proposta de realização de “Ciclo de Debates” (sobre processos e programas com metodologias participativas), a partir de experiências concretas com resultados positivos, com enfoque na questão da relação entre diferentes atores (sector publico, sector não governamental e sector empresarial/económico) com especial enfoque na questão do poder local, mas numa dupla dimensão do poder local: a) a dimensão política, mas não menos importante, b) a dimensão técnica! (por se considerar esta dimensão essencial no assegurar da transição e continuidade entre ciclos políticos).

Ciclo de Debates: Metodologias de Participação e Planeamento Colaborativo

- Inclusão Social
 - Contratos Locais de Desenvolvimento Social
 - ...
- Sustentabilidade
 - Agendas 21 Locais
 - Agricultura Urbana
 - ...
- Direito à Cidade
 - Parcerias para a Regeneração Urbana
 - Iniciativa Bairros Críticos
 - Programa Bairros e Zonas de Intervenção Prioritária de Lisboa (BIP/ZIP)
 - ...
- Governação e Transparência
 - Orçamentos Participativos
 - ...
- Economias/Finanças Alternativas
 - Moedas Sociais
 - Bancos Comunitários
 - Sistemas de Trocas
 - ...
- Redes de Empregabilidade e Empreendedorismo
 - Rede da Empregabilidade
 - ...

Nota 1: ao objetivo deste ciclo de debates, visava o envolvimento de pessoas externas e, em

simultâneo, poder concorrer para o alargamento do fórum C&T, mas também, concorrer para aumentar a sua visibilidade, mas assentando nos recursos do fórum e de cada um dos seus membros. Por via das “inscrições”, poder-se-ia trazer também algumas receitas às atividades do C&T.

Nota 2: Na discussão destes temas no grupo, ficou claro que a lista de experiências apresentada não é exclusiva, tanto mais que existiu a perceção entre os participantes de que a maioria destas experiências ocorriam essencialmente em contextos urbanos, sendo importante a recolha de contributos relativos a outro tipo de abordagens.

IV - Grupo “Redes e Parcerias”

Participantes: Elsa Branco, Fernanda Vaz, Helena M. Dores, Isabel Gaivão, Jorge Revez, Paula Reis

Decorrente da troca de experiências de cada membro do grupo de trabalho em torno do conceito de rede e parceria, eis que resultam duas dimensões de reflexão: O que não favorece redes e parcerias? O que fazer para inverter essa situação?

a) O que não favorece as redes e parcerias?

1. Falta de uma cultura de parceria e formas de trabalho partilhadas – parcerias de interesse ou forçadas para atingir determinados interesses/objetivos institucionais. Frequentemente estes processos baseiam-se no estabelecimento de protocolos/acordos para viabilizar uma determinada candidatura e cumprir a própria regulamentação exigida e numa participação mais “cerimonial” do que comprometida;
2. Constrangimentos financeiros e forte dependência de financiamentos externos – a sustentabilidade dos projetos/iniciativas depende, em parte, da duração dos apoios financeiros. A maioria das redes funcionam muitas das vezes como um estímulo externo, ou seja, existem verbas, organizam-se, e a partir do momento em que deixa de haver verbas a rede desaparece – o grau de sustentabilidade é fraco;
3. Grandes assimetrias de poder – o excesso de protagonismo da entidade promotora ou a falta de capacidade de manter um equilíbrio de poderes entre as entidades parcerias pode causar a perda de interesse ou falta de envolvimento de outros parceiros da rede; uma consequência que acentua a falta de confiança entre parceiros (um certo receio do tal comportamento oportunista);
4. Falta de coordenação e liderança nas redes – inexistência de um ator que seja capaz de animar e coordenar de forma transparente – existência de regras e normas que assegurem o funcionamento da rede. Um desses exemplos é o Programa da Rede Social, trata-se de um programa de desenvolvimento social à escala concelhia, um dos seus pilares passou pela garantia de uma parceria alargada que constitui o CLAS (Conselho Local de Ação Social); normalmente este conselho é estabelecido pela Câmara Municipal (através do senhor presidente ou vice-presidente), um facto que não facilita em grande parte o trabalho e existe uma profunda necessidade de repensar esta composição – ator-rede.
5. Diferenças de culturas organizacionais – dificuldades de conjugar as diferentes práticas, normas e regras organizacionais, condicionam o trabalho colaborativo e a circulação de informação eficiente na parceria, bem como diferentes metodologias de trabalho/intervenção.
6. Fraca partilha de recursos humanos, materiais, imateriais e etc. – aumentar a capacidade e diminuir o peso financeiro ou financiamento nas redes – excessiva dependência de agentes em posições privilegiadas.

b) O que fazer para inverter esta situação?

1. Desenvolver uma cultura de parceria – construção de processos de aprendizagem – partilha de realidades e problemas nas diferentes áreas de intervenção das organizações, com o intuito de descobrir sinergias comuns e articulação no desempenho de tarefas;

2. Aumentar os níveis de interconhecimento e confiança dos parceiros (necessidade de um ator-rede que seja reconhecido e respeitado no interior e exterior) – aumentar os níveis de transparência de todo o processo;
3. Partilhar recursos humanos, materiais e imateriais – representa a capacidade de combinar diferentes recursos em torno de objetivos comuns, capazes desenvolver tarefas, resultados/avaliações e reajustamentos de certos processos em conjunto, bem como capacidade de negociação e predisposição de mudar ao longo de todo o processo. Ao nível local a parceria passa, na maior parte dos casos, por envolver o poder local e é importante estar bem preparado para trabalhar em parceria com as Autarquias;
4. Melhorar os meios de partilha de informação e comunicação das redes, partilhando a mesma linguagem – partilha dos mesmos objetivos por todos os parceiros;
5. Aumentar os níveis de co-responsabilização – existência do princípio de partilha de riscos e benefícios – definição/distribuição de tarefas por cada parceiro e avaliação regular dos progressos, das boas e más experiências e dos obstáculos.

Escolha da Equipa de Coordenação entre os membros efetivos do C&T

A escolha da Equipa de Coordenação (EdC) por parte dos membros do C&T agendada para as 15.00h iniciou-se às 14.30h.

Helena M. Dores facilitou este ponto e referiu a sua própria indisponibilidade, assim como a de João Cordovil, para transitarem para a EdC. Em sequência, foi apresentada, por Luísa T. Pereira (CIDAC), uma proposta para a constituição da equipa de coordenação: Activar, CIDAC, Coolabora, In Loco e Susana Sousa (individual). A fundamentação da escolha baseou-se nos seguintes critérios: opção por uma equipa de 5 elementos, com capacidade de coesão; garantia de diversidade de organizações e de áreas de intervenção; garantia de representatividade territorial; aposta no esforço de motivar adesões ao fórum no norte e centro do país.

No sentido de garantir a diversidade da equipa, José Carlos Albino sugeriu que a Rumo e uma outra entidade do Alentejo (grupo regional mais representado atualmente no fórum, no que toca a pessoas coletivas) integrassem a equipa, de preferência numa solução de 7 membros mas também, eventualmente, de 5 elementos. Foram trocados vários argumentos em favor das duas propostas. Concluiu-se que uma equipa de 5 membros deveria ser mais operacional do que 7. Também se considerou, como critério prévio, que os 5 membros propostos deveriam pronunciar-se sobre a sua (in)disponibilidade e nível de conforto para integrarem a equipa. Todos aceitaram, considerando-se confortáveis no papel, apesar de Nelson Dias (In Loco) e Susana Sousa terem manifestado algumas dificuldades de gestão do tempo para desempenhar um papel muito ativo. A Rumo manifestou algum desconforto com a eventualidade de pertencer, para já, a esta equipa, devido à sua entrada recente no processo, salvaguardando a total disponibilidade para colaborar no âmbito da candidatura que encabeça ao programa Cidadania Ativa e de apoiar totalmente as diversas atividades em que faça sentido participar e para as quais seja convidada.

Depois de uma ronda ao plenário para avaliar a aceitação da proposta apresentada por Luísa T. Pereira, não sendo apresentada nenhuma oposição concreta, assumiu-se esta como a Equipa de Coordenação – que deverá pautar-se pela capacidade de escutar, garantindo a diversidade e a representatividade de todas as partes envolvidas, dinamizar o fórum, promover uma comunicação interna e externa relevante e contribuir para a organização crescente do C&T, tendo em vista uma formalização consistente, em moldes a definir.

Construção da agenda do C&T para 2013/2014, tendo em conta o trabalho realizado na parte da manhã

Como informação prévia, Helena M. Dores partilhou os contributos escritos enviados por Raul

Marques (membro individual) e por David Machado (Rota do Guadiana) que focavam, entre outros pontos, a vontade de avançar, rapidamente, para a definição de uma personalidade jurídica e a necessidade de institucionalização formal e organizativa do fórum, realçando a importância de alargar a sua esfera de representação, bem como de clarificar as formas como o C&T se deverá fazer representar externamente.

Informou também que o fórum C&T foi convidado para participar na Comissão Organizadora do Fórum da Sociedade Civil, havendo a necessidade de confirmar a disponibilidade para se fazer representar na reunião de preparação que iria decorrer no dia 11.10.2013. O plenário concordou com a participação na reunião, deixando à EdC a responsabilidade de seguir o processo.

Augusto Sousa, referindo-se à candidatura apresentada ao Programa Cidadania Ativa, lembrou os 2 projetos experimentais (em Setúbal e no Alentejo) nela incluídos que poderão dinamizar encontros entre nós e entre nós e as comunidades, permitindo identificar outras iniciativas de base territorial e a produção de um documento que dê suporte a um plano estruturante e consequente para o fórum.

No debate que se seguiu, destacaram-se intervenções que representam alguma pluralidade, não havendo, todavia, um consenso geral sobre estes assuntos.

- Florence Melen (Trilho) referiu a importância de o C&T atuar junto de interlocutores externos, interrogando-se sobre a eficácia da excessiva informalidade do nosso modelo de organização atual, que na sua opinião pode prejudicar uma representação externa eficaz.

- Nelson Dias destacou como essencial para o futuro do fórum que a sua ação tenha conteúdo e uma agenda de realizações concretas que possa articular-se com o trabalho já desenvolvido pelas associações.

- João Ferrão assinalou 2 tensões: entre as componentes interna e externa do fórum e entre a formalidade e a informalidade. Considerou essencial que o C&T não perca de vista um objetivo nuclear que presidiu à sua criação: «colocar o desenvolvimento local na agenda dos outros». Referiu a pertinência de o fórum assumir 2 ou 3 ideias chave para defender nos contextos de influência em que os seus membros se possam encontrar junto do poder. Preconizou que não se deveria ter pressa em alterar o atual modelo de organização, baseado num “mínimo de formalidade” e a importância central em gerar um processo que não se esgote na formalização virada para o interior. Num modelo mais ou menos formal, deve-se garantir a abertura e interação forte com o exterior, mantendo a relevância do fórum como elemento de articulação e interlocução com outros agentes.

- José Guerra (ADTR) insistiu em que o essencial é definir e concretizar uma agenda de intervenção (e não centrar o trabalho em reflexões sobre o modelo de organização) que nos faça crescer e ganhar escala nacional, aproveitando os recursos existentes. Referiu como prioridades: articular os Encontros Nacionais com eventos abertos ao exterior; valorizar iniciativas que permitam apoiar associações com pequena escala (como a ADTR) através de procedimentos colaborativos e de entreajuda; valorizar também a função do C&T de proporcionar informação aos seus membros com uma visão regional e nacional (destacando que o fórum tem cumprido bem esse papel, fazendo-lhe chegar informação com muito interesse).

- Clara Lourenço (ADCMoura) considerou fundamental construir, entre os membros do fórum, boas soluções de atuação conjunta, numa base colaborativa e de aprendizagem com a partilha de experiências (melhor conhecimento dos outros), dando menos ênfase à divulgação de posições em nome do C&T. Valorizou as hipóteses de contratação conjunta de serviços (secundando a opinião de José Guerra). Considerou que o desenvolvimento de uma colaboração efetiva entre associações é um desafio exigente e que muito está por fazer a esse nível. Sublinhou a motivação da ADCM para se envolver ativamente no fórum.

- Álvaro Cidrais destacou a necessidade de termos um projeto agregador, motivador e inovador que tenha a dupla função de gerar alguma visibilidade externa (referiu iniciativas com reflexos no emprego) e mobilizar as forças internas num mesmo sentido. Este projeto deveria ser um

aglutinador dos esforços, recursos e iniciativas que as associações já têm a decorrer no terreno, não representando um acréscimo de custos e de trabalho. Sobre a formalização do C&T, referiu que, para já, poderia não ser de natureza jurídica, mas que se necessitava desde já de uma melhor clarificação de atribuições, por exemplo quanto à EdC. Na articulação em rede, valorizou o lançamento de uma mesma ideia (de forma coordenada) em vários pontos do território, tendo sugerido, por exemplo, a Rede de Laboratórios de Inovação Sócio-Territorial.

- Florence Melen realçou as palavras de João Ferrão que ganhavam ainda mais sentido perante as conclusões do grupo temático Próximo Ciclo de Programação Comunitário 2014-20: “*O desenvolvimento local como única abordagem capaz de romper a dicotomia competitividade / empresas / globalização e coesão / proximidades / IPSS.*” Referiu que não faltava nem agenda, nem conteúdo ao fórum, mas sim a afirmação do mesmo como representante do DL, que no atualmente momento deixou de ter voz e espaço de afirmação efetivo, mais urgente e necessário, quando está a ser discutido o próximo ciclo de programação e a definição de políticas, com atores e agentes.

- Graça Rojão (Coolabora), referiu que precisamos de nos repensar profundamente (referindo-se ao movimento do Desenvolvimento Local), considerando que a partilha de experiências de desenvolvimento local constitui por si só um enriquecimento, podendo encontrar-se outros pontos de interconexão, colaboração e aprendizagem.

- Luísa T. Pereira (CIDAC), defendeu que não se devem precipitar decisões quanto a uma diferente formalização organizativa do fórum. Preconizou a necessidade de encontrar um equilíbrio entre o que queremos fazer e o que podemos fazer (face aos recursos limitados de que dispomos e ao facto de boa parte dos membros do C&T terem agendas bastante sobrecarregadas). Considerou também importante que saibamos estabelecer prioridades e focar a intervenção (evitando criar uma “manta de retalhos”). Referiu a necessidade de dar continuidade à reflexão e interlocução externa desenvolvida sobre a temática de QEC 2014-2020.

- Luís Chaves afirmou que devemos evitar criar uma estrutura pesada, mas que é importante garantir capacidade de exercer influência junto de interlocutores externos.

- Ana Firmino interrogou-se sobre a forma como o fórum se poderá associar à organização de ações relativas à celebração do Ano Internacional da Agricultura Familiar. Perguntou também até que ponto cada um dos membros do C&T poderá associar a sua participação em ações à “representação” do fórum.

- João Ferrão acrescentou uma 3ª tensão: a da conjugação entre a participação de membros individuais e de membros coletivos. Na interlocução externa, distinguiu a necessidade de intervenção junto do “público em geral” e a intervenção junto de decisores políticos, como duas linhas de atuação distintas. Na primeira dimensão referiu a necessidade de desenvolver ações organizadas que permitam colocar artigos na imprensa sobre temas que constituam novidade relevante. Na intervenção junto de decisores políticos referiu a necessidade de focagem sobre temas essenciais, o que pressupõe uma reflexão interna sobre prioridades. Nas sessões de debate a promover pelo C&T considerou que se pode conjugar um melhor interconhecimento entre os membros do fórum com a abertura ao exterior, desenvolvendo uma linha de aprendizagem e aprofundamento do conhecimento sobre temas específicos. Nestes aspetos, referiu também a dupla necessidade de gerar dinâmicas significativas e produtos relevantes que se possam constituir como mais valias coletivas sobre os temas do fórum.

Seguidamente, concretizando a proposta de Augusto Sousa relativa à metodologia de «votação» nos cartões verdes e azuis escritos no início da manhã, cada participante utilizou 3 marcas ao seu dispor para escolher o «tema» (cartões verdes) ou a «ação» (cartões azuis) que considerava serem mais relevantes para desenvolver em 2013/2014. O somatório de escolhas permitiu identificar quais os temas que congregavam maior interesse (pelo menos entre as pessoas presentes) no quadro do fórum (ver quadro em anexo).

Temas mais votados para trabalhar no âmbito do C&T:

- Políticas e metodologias de participação – 13 escolhas
- Circuitos curtos – 12
- Desenvolvimento Local no próximo ciclo comunitário – 12
- Sustentabilidade das organizações – 7
- Economia Social e Solidária – 6
- Empregabilidade – 6
- Metodologias de planeamento e inovação social – 5
- Participação na definição das estratégias de Desenvolvimento Local – 3

Atividades mais votadas para serem dinamizadas no âmbito do C&T:

- *Workshops* sobre metodologias de planeamento – 9 escolhas
- Contributos para o Ano Internacional da Agricultura Familiar – 9
- Criação de mecanismos de entreajuda – 8
- Encontros regionais para identificar problemas e criar redes – 5
- Visitas de estudo (a diversos territórios e projetos) – 5
- Criação de uma rede de laboratórios locais de inovação sócio-territorial – 4
- Programa de presença do fórum C&T no espaço mediático – 4

Encerramento do Encontro

No final da sessão, ficou marcada a data do **próximo Encontro Nacional:**

11 de janeiro de 2014, em local a confirmar

Com um agradecimento à Terras Dentro pelo acolhimento, e cumprindo o horário previsto, a sessão foi dada por encerrada por volta das 17.30h.

25 de outubro de 2013